

PAÍSES BAIXOS

REINO DOS PAÍSES BAIXOS

Chefe de Estado:	Rainha Beatriz
Chefe de Governo:	Mark Rutte
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	16,7 milhões
Esperança média de vida:	80,7 anos
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos:	4,4 por 1000

Numa decisão judicial histórica, o governo foi responsabilizado pela conduta das suas tropas no período em que desempenharam funções de manutenção de paz para a ONU em Srebrenica. A detenção de requerentes de asilo e migrantes irregulares causou preocupação.

Justiça internacional

Em julho, o tribunal de recurso de Haia responsabilizou o governo pela morte de três muçulmanos bósnios durante o genocídio de 1995 em Srebrenica, na Bósnia e Herzegovina. O tribunal considerou que as tropas holandesas tinham forçado os três a abandonarem a "zona de segurança", entregando-os, na prática, às forças sérvio-bósnias, que massacraram cerca de 8000 homens e adolescentes muçulmanos.

Refugiados, requerentes de asilo e migrantes

Em janeiro, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem travou, através da emissão de medidas provisórias, a deportação dos Países Baixos para a Somália de dois requerentes de asilo oriundos do sul e do centro da Somália. O governo suspendeu posteriormente todas as deportações para Mogadíscio, a capital da Somália. Contudo, na sequência de um novo veredicto emitido em junho pelo Tribunal Europeu, o governo anunciou que iria retomar as deportações para Mogadíscio de cidadãos da Somália que não pertencessem a grupos vulneráveis e pudessem viajar, obter entrada e instalar-se em zonas do sul e do centro da Somália sem correrem risco de maus-tratos. Até ao final do ano não houve registo de deportações de cidadãos somalis para o sul e o centro da Somália.

Pelo menos 180 iraquianos foram deportados à força para Bagdade, Iraque, contrariamente às advertências do ACNUR, a Agência da ONU para os Refugiados.

A maior parte dos pedidos de asilo foi processada ao abrigo do novo processo de asilo de oito dias. Destes, mais de 50 por cento conheceram o resultado do seu pedido no referido período de oito dias. Causou preocupação a possibilidade de este processo poder impedir os requerentes de asilo de fundamentarem as suas declarações, resultando na rejeição de pedidos bem fundamentados.

Segundo dados do governo, 3220 migrantes irregulares e requerentes de asilo foram colocados sob detenção entre janeiro e junho. Foram mantidos em centros de detenção ao abrigo de um regime criado para presos preventivos. Raramente foram usadas alternativas à detenção. Em julho, o Ministro da Imigração e Asilo anunciou a criação de um pequeno projeto piloto para testar alternativas à detenção.

Discriminação

Em setembro, o governo anunciou que iria começar a redigir legislação com vista a proibir a utilização em público de vestuário destinado a cobrir o rosto. A violação da proibição seria punida com uma multa de até 380 euros. Se for implementada, a proibição terá efeitos desproporcionados sobre as mulheres que escolham usar a burqa ou o niqab como expressão da sua identidade ou fé religiosa.